

**CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: UMA ANÁLISE SOBRE OS  
PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA ASSOCIAÇÃO  
PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS**

**EDJA LOPES ROCHA BRUNO\***

**JOSÉ RODOLFO TENÓRIO LIMA\*\***

**ANDERSON HENRIQUE DOS SANTOS ARAÚJO\*\*\***

\* Bacharel em  
Administração Pública pela  
Universidade Federal de  
Alagoas (UFAL)

\*\* Doutorando em  
Sociologia pela  
Universidade Federal de  
São Carlos (Ufscar)

\*\*\* Doutorando em  
Economia pela  
Universidade Federal de  
Uberlândia (UFU)

## CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: UMA ANÁLISE SOBRE OS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA ASSOCIAÇÃO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS

Edja Lopes Rocha Bruno\*  
José Rodolfo Tenório Lima\*\*  
Anderson Henrique dos Santos Araújo\*\*\*

**RESUMO** – O objetivo deste trabalho foi analisar projetos desenvolvidos no Médio Sertão alagoano que visam, além da convivência com a seca, a promoção do desenvolvimento econômico e sustentável. Nesse sentido, o estudo buscou abordar a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC), que gerencia projetos formulados pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA BRASIL). Foram realizadas entrevistas com dirigentes da AP1MC e, também, com algumas famílias que receberam benefícios providos da AP1MC e de projetos da ASA BRASIL desenvolvidos no município de Maravilha/AL. Os questionamentos visaram analisar as obtenções de melhorias relacionadas à passagem pelo período de estiagem, assim como a percepção da população beneficiada com o desenvolvimento dos projetos. A partir de relatos dos moradores beneficiados que foram entrevistados e da caracterização do trabalho da AP1MC, foi comprovada a eficiência das ações do AP1MC, através da percepção dos benefícios pela população, no que toca à convivência com a seca.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade civil; Projetos sociais; Semiárido alagoano; Convivência com a seca; Associação Programa Um Milhão de Cisternas.

## LIVING WITH THE SEMI-ARID REGION: AN ANALYSIS OF THE PROJECTS DEVELOPED BY THE ASSOCIAÇÃO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS

**ABSTRACT** – The objective of this study was to analyze projects that aim to promote economic and sustainable development for the middle hinterland of the state of Alagoas, besides learning about the way the natives deal with the drought. In this sense the study looked specifically to address the *Associação Programa Um Milhão de Cisternas* (AP1MC) that manages projects designed by the *Articulação do Semiárido Brasileiro* (ASA BRASIL). Interviews were conducted with association leaders, but also some families who received benefits stemmed from these programs. The questions aimed at analyzing the varieties of improvements developed during the dry season, as well as the perception of the population benefited from the development of projects. Departing from the reports of the residents, and after the characterization of the association work, we could prove the efficiency of its actions, through the perception of the population of the benefits of the projects on the dealing with the drought in the region.

**Keywords:** Civil society; Social projects; Semiarid of the state of Alagoas; Living with the drought; Associação Programa Um Milhão de Cisternas.

\* Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: [edjalopes@gmail.com](mailto:edjalopes@gmail.com)

\*\* Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). E-mail: [jrtlima@gmail.com](mailto:jrtlima@gmail.com)

\*\*\* Doutorando em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor Assistente da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: [anderson.hsa@gmail.com](mailto:anderson.hsa@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Os modos por meio dos quais o combate à seca tem sido pensado vêm se modificando ao longo dos anos e o semiárido, antes visto como o problema, apresenta-se sob um novo conceito. Ganhando espaço nas esferas pública e política, a ascensão da ideia de convivência com a seca tem se mostrado muito popular, atualmente, sobretudo através de políticas públicas que buscam promover o desenvolvimento sustentável, econômico e social de regiões como o Médio Sertão alagoano. Fenômeno que não pode ser evitado, a seca, nesta região de Alagoas, é agravada pelos fatores climáticos que caracterizam o semiárido e impulsionam a estiagem prolongada.

Contando com o auxílio da atuação da sociedade civil organizada, ações governamentais têm sido colocadas em curso com a pretensão de auxiliar a populações situadas em contextos como o Médio Sertão alagoano a conviverem com a seca de modo menos dramático e, mais do que isso, a construir um meio sustentável de sobrevivência em áreas semiáridas. Projetos sociais elaborados pela sociedade civil organizada objetivam sanar as dificuldades enfrentadas por aqueles que vivem no semiárido a partir de ações que levam em conta, na sua construção, mais do que apenas a condição climática, mas, também, a realidade vivida pelos nordestinos: seus conhecimentos, suas tradições e, principalmente, sua economia. Tal modelo de planejamento é caracterizado como “público-meta”, de acordo com Chacon (2007) e considera que estes são fatores que devem ser tidos como decisivos na elaboração de um projeto ou política pública.

Dado este contexto, a pesquisa partiu da seguinte problemática: analisar quais foram (e se haviam) as melhorias percebidas após a implementação de projetos desenvolvidos pela Associação Programa um Milhão de Cisternas (AP1MC) por moradores da comunidade Ovo da Ema, situada no município Maravilha/AL. Os projetos desenvolvidos no âmbito da AP1MC se tratam de ações desenvolvidas através de parcerias estabelecidas entre Estado e organizações da sociedade civil. Tais ações visam modificar a imagem do Nordeste seco e subdesenvolvido para um Nordeste que pode ser convivido e bem vivido. Buscou-se, durante o estudo, analisar a percepção de algumas famílias assistidas por programas de auxílio à convivência com a seca gerenciados pela AP1MC, observando a indicação, por parte destas famílias, de eventuais melhorias nas condições de vida e de convivência com o clima semiárido que marca a região, assim como com as cíclicas e, por vezes, longas estiagens que enfrentam. O intuito foi verificar se os resultados obtidos com o desenvolvimento do projeto e implantação das tecnologias para convivência com o

semiárido, na Comunidade Ovo da Ema, foram satisfatórios do ponto de vista da população. Em segundo plano foi feita, também, a descrição da AP1MC e de seu modelo de atuação organizacional.

Este trabalho está dividido em quatro partes: uma teórica, uma metodológica, uma empírica e outra dedicada às considerações finais. A primeira parte apresenta os pressupostos teóricos que embasaram a pesquisa. Nela são expostos, inicialmente, a caracterização geográfica do semiárido brasileiro e as medidas tomadas pelo Estado para amenizar as consequências deixadas pelos longos períodos de estiagem ao longo da história. Na sequência, são abordadas as ações entre sociedade e Estado colocadas em curso para auxiliar populações vítimas da seca. A segunda parte do texto traz a descrição metodológica da pesquisa, apresentando a forma como se deu a coleta e tratamento dos dados que conduziram à análise da realidade investigada. Na terceira parte do texto é feita a descrição analítica da AP1MC e de alguns Programas e Projetos por ela gerenciados, bem como a contextualização do município de Maravilha/AL, onde foram realizadas as entrevistas que ampararam a pesquisa. Na parte quatro, visando dar conta dos objetivos propostos neste trabalho, são analisadas as respostas coletadas em conversas com famílias da comunidade Ovo da EMA. Nas considerações finais são retomados os conteúdos, tanto teóricos quanto empíricos que embasaram o estudo e abordados os efeitos das políticas, programas, projetos e estratégias de convivência com o semiárido brasileiro.

## **PARTE 1 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

### **POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À SECA: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA**

O clima semiárido predomina em áreas geográficas nas quais as chuvas são bastante irregulares e o solo é raso. Em diferentes estados brasileiros, tais áreas – que compõem o maior semiárido do mundo em extensão e densidade demográfica – são também conhecidas como Sertão. Segundo a última delimitação feita pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 2005, o semiárido brasileiro se estende, em termos político-administrativos, por todos os estados da Região Nordeste, com exceção do Maranhão, e por parte do estado de Minas Gerais.

Dadas as características climáticas predominantes, estes contextos são marcados por longos períodos de seca devido aos baixos e mau distribuídos índices pluviométricos. O semiárido brasileiro possui uma estação seca bastante pronunciada pela sua extensão

temporal, intensidade e periodicidade. Aquilo que constitui a paisagem marcante do semiárido, de acordo com Silva (2003), é a caatinga juntamente com um conjunto específico de fatores hidrológicos e ecológicos: longos períodos secos, alta evaporação e desperenização dos rios, riachos e córregos. A insuficiência e irregularidade na distribuição de chuvas e a temperatura elevada, além da forte evaporação refletem a modelagem dominante nesta paisagem. Marcada pela exploração dos recursos naturais de forma inadequada, com utilização de queimadas e desmatamentos para manter o trato cultural agropecuário dominante, por exemplo, a Região Nordeste, com a mobilização de tais práticas, tem acelerado o processo de desertificação das áreas pelas quais se estende o semiárido nos estados da Região.

Para mitigar as consequências deixadas pelos longos períodos de estiagem, as medidas paliativas historicamente adotadas se caracterizavam em programas/ações voltados ao combate à seca. Diante do cenário, desenvolvimento ações para combate à seca no Nordeste buscou, historicamente, apoiar os flagelados oferecendo, por exemplo, distribuição de água via carros pipas e de cestas básicas distribuídas à população afetada. Tais ações, no entanto, nem sempre eram suficientes para garantir a sobrevivência das populações afetadas pelas secas e sempre estiveram cercadas pela influência política que, em diferentes ocasiões, cerceou o progresso de tais ações.

Durante a presidência de Nilo Peçanha, em 1909, é criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), órgão destinado para tratar de assuntos especificamente referentes à problemática da seca no Brasil. Naquele momento surge a concepção de adoção de práticas permanente de investimentos em torno da questão da seca. A “açudagem” foi mobilizada como forma de “salvar” a Região Nordeste das calamidades provocadas pelas secas. Segundo Fritsch (1990), o IOCS, nasceu na chamada “Era de Ouro” da Primeira República, quando o país experimentava taxas de expansão em torno de 4,5% ao ano e grandes obras de infraestrutura estavam em curso, como portos e ferrovias. A execução orçamentária para execução das obras, no entanto, não foi disponibilizada como previsto e as consequências do plano de “açudagem” não ter sido levado adiante foram sentidas na pele pelos sertanejos durante a devastadora na seca ocorrida em 1915 na Região Nordeste. No livro “Vida e Morte no Sertão” (2000), Marco Antônio Villa destaca que o reconhecimento dos débeis esforços para enfrentamento da seca se materializaram na própria mensagem proferida pelo então presidente, Venceslau Brás, em comunicando ao país no qual esclarecia que, em 1914, somente 42 poços haviam sido escavados no Nordeste. Destes, 33 eram privados e apenas 9 eram públicos. Visando maior abrangência e capacidade de atuação, o decreto 13.687 de

1919, transforma a IOCS na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e em 1945, com o objetivo de desenvolver ações permanentes e emergenciais contra as secas, a IFOCS é transformada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Ainda na década de 1940, a Lei nº 541, de 15 de novembro de 1948, cria a Comissão do Vale do São Francisco para estabelecer uma nova orientação na gestão de combate às estiagens através da contratação de profissionais capacitados para dirigir e fiscalizar obras “emergenciais”. O apoio financeiro às obras viria a partir de 1952, com a criação do Banco Nordeste, cujo objetivo era apoiar financeiramente áreas afetadas pelas secas nos estados da Região. O Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) foi criado em 1956 com a finalidade de realizar de estudos socioeconômicos para o desenvolvimento do Nordeste. Entre 1959 e meados da década de 1970, a instituição de uma série de programas e iniciativas – como o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) – buscaram imprimir um ritmo de desenvolvimento à Região Nordeste de forma planejada e de acordo com suas especificidades. Em 1979, é criado o Programa de Recursos Hídricos do Nordeste (PROHIDRO) – posteriormente renomeado como Pró-Água – com a missão de elevar a oferta e acesso à água na Região Nordeste através da construção de açudes e perfuração de poços artesianos.

Parte da sociedade civil organizada, em 2003, a apresentação de um projeto para convivência com o semiárido que, posteriormente seria transformado em política pública através de parceria no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Tal projeto tem como principal objetivo a construção de um milhão de cisternas em todo semiárido nordestino e se desenvolveu sob a coordenação da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA BRASIL) e gerenciamento da Associação Programa um Milhão de Cisternas (AP1MC). Tal projeto foi considerado política pública e integrou o Programa Água Para Todos, do governo federal, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.

É possível observar, portanto, que ao longo do tempo as ações colocadas em curso para lidar com a questão das secas no Nordeste caminharam para se transformarem em políticas públicas cujas medidas hoje visam não somente o combate, mas também a convivência com o clima semiárido. Conforme definição elaborada por Teixeira (2002), políticas públicas são diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público: trata-se de regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, ou seja, políticas públicas são mediações entre atores da sociedade e do Estado. Para Mead (1995), políticas

públicas estão relacionadas às ações governamentais e, como matéria de estudo, o objetivo das análises devem recair sobre os modos por meio dos quais estas essas ações influenciam o meio público.

## **INTERAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE: AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIPS)**

Através dos tempos, a relação entre Estado com a sociedade civil vem se modificando – tanto em forma quanto em teor – e nas atividades públicas estatais, o chamado Terceiro Setor ganha cada vez mais espaço. Constituído sob a forma de atuação pública não estatal sem fins lucrativos e desenvolvido via ações voluntárias – da sociedade civil ou privada – na busca pelo bem comum (MANÃS E MEDEIROS, 2012), o Terceiro Setor se expande no Brasil a partir do final da década de 1980 e início dos anos 1990. Tal expansão tem relação com o contexto de redemocratização pelo qual o país passou na década de 1980 e é marcada pela pressão que a sociedade civil consegue exercer sobre o Estado na busca por atendimento às demandas sociais dos grupos populacionais menos favorecidos.

O Terceiro Setor se situa entre dois setores tradicionais: o Primeiro Setor, caracterizado pela mobilização de recursos provindos do meio público, abrange todas as ações do Estado, tanto no âmbito da administração direta e quanto indireta; o Segundo Setor corresponde ao capital privado, onde ações e aplicações de recursos têm como destinação o benefício próprio/particular/privado. Partindo da sociedade civil organizada, a distribuição de recursos no Terceiro Setor é caracterizada por uma mescla de elementos próprios do Primeiro Setor – bens públicos –, bem como de elementos típicos do Segundo Setor – bens privados. Segundo Couto (2011, p. 79):

Existem dois tipos de pessoas Jurídicas do Terceiro Setor, quais sejam, aquelas que não pretendem qualquer vínculo com o Estado (Organizações Não Governamentais – ONGs) e aquelas que se submetem à chancela do Estado e recebem recursos públicos.

De acordo com Rothgiesser (2004), o Terceiro Setor é feito da participação de cidadãos que, de modo espontâneo e voluntário, buscam desenvolver ações que visam o interesse social. Há, portanto, algo em comum entre os objetivos buscados nas ações desenvolvidas tanto no âmbito do Terceiro Setor quanto das esferas estatais: ambos intentam cumprir funções sociais e coletivas. Manãs e Medeiros (2012) afirmam que a Constituição Federal de 1988 abriu espaço para a expansão dos direitos de cidadania e para os princípios

da descentralização na promoção de serviços sociais. Tal expansão permitiu que o Terceiro Setor se estabelecesse de forma cada vez mais sólida e se tornasse cada vez mais essencial à sociedade, já que cada Organização Não Governamental representa e faz pressão junto ao Estado em diferentes direções, visando interesses específicos. Assim, a reorganização da sociedade civil brasileira, observada desde o final da década de 1980, tem preenchido parte das lacunas deixadas pelo o Estado na prestação dos serviços de interesse público.

Buscando eficiência e eficácia, além de conferir constitucionalidade às Organizações Não Governamentais, em 1999 a Lei nº 9.790/99 institui as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Através desta Lei, o “termo de “parceria” passa a se constituir em novo instrumento de apoio das OSCIPs junto ao Estado, formalizando a relação entre este e as entidades da sociedade civil. O “termo de parceria” se trata de um novo instrumento jurídico elaborado exclusivamente para o estabelecimento de vínculo de cooperação para fomento e execução de atividades de interesse público entre Estado e entidades qualificadas como OSCIPs (BRASIL, 1999). A Lei nº 9.790/99 que qualifica entidades do Terceiro Setor a se instituírem como a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público resulta do conjunto extenso de lutas colocadas em curso por organizações da sociedade civil em conjunto com os esforços empreendidos pelo Governo Federal, Congresso Nacional e Conselho da Comunidade Solidária. Esta Lei se trata de uma estratégia estatal que busca fortalecer a sociedade civil e proporcionar à população maiores possibilidades e capacidades para que consigam influenciar decisões públicas. Regendo as OSCIPs, a Lei nº9.790/00 representa um estímulo à regulamentação e formalização dos modos como Estado e sociedade civil se relacionam na busca do desenvolvimento democrático, econômico e social do país (COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 2002).

Organizações sem fins lucrativos, as OSCIPs desenvolvem, por meio de uma administração privada, atividades públicas voltadas aos interesses da sociedade em torno de um objetivo comum: proporcionar o bem-estar social (RODRIGUES *et. al.* 2010). Para que uma organização possa ser considerada OSCIP, é necessário que ela obtenha um certificado emitido pelo Ministério da Justiça, comprovando o atendimento aos critérios estabelecidos em lei e para ser qualificada como OSCIP, a organização deve informar, de maneira clara, suas formas de atuação e suas finalidades. Podem ser enquadradas como OSCIPS, organizações cujos escopos de atuação estejam relacionadas, entre outros exemplos, à preservação de patrimônio histórico e cultural, à medidas preventivas na área da Saúde (principalmente ligadas a hábitos alimentares, nutritivos e afins), à preservação do Meio Ambiente, à importância do voluntariado na sociedade atual, à educação gratuita e acessível,

à promoção de valores universais – paz, cidadania, direitos humanos etc. (BRASIL, 1999). A tal exigência se soma a necessidade de que o estatuto da organização se pautar nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, explicitando, de forma clara, o escopo de atuação e a finalidade da organização (PAES, 2005). A partir da qualificação como OSCIP, a organização pode celebrar termos de parceria com o poder público.

Segundo o documento “A Lei 9.760/99 como alternativa para o Terceiro Setor” publicado, em 2002, pela Comunidade Solidária, as OSCIPs representam, para a sociedade civil organizada, o declínio da ideia de que o público é monopólio do Estado. Trata-se do entendimento de que a sociedade civil organizada também pode executar políticas e ações públicas, não por falta de compromisso do Estado ou por razões ligadas diretamente ao Estado, mas por simples fonte de autonomia da sociedade.

## **PARTE 2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para que os objetivos da pesquisa realizada pudessem ser alcançados, adotou-se como metodologia de estudo uma abordagem de cunho qualitativo que, segundo Neves (1996), visa obter dados descritivos coletados através de contato direto do pesquisador com o contexto pesquisado, em uma estratégia na qual o pesquisador não busca enumerar os fatos, simplesmente, mas sim compreendê-los. Quanto aos fins, a pesquisa se caracteriza como descritiva, seguindo definição elaborada por Cervo e Bervian (2002), segundo a qual os fenômenos registrados sem que haja manipulação deliberada do pesquisador, são analisados e correlacionados. Tal abordagem é desenvolvida principalmente, segundo os autores (CERVO e BERVIAN, 2002), no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. Trata-se de uma metodologia usualmente orientada à descrição de determinados acontecimentos através de coleta de dados.

Foram realizadas, para a coleta de dados junto à Associação Programa 1 Milhão de Cisternas, entrevistas semiestruturadas com roteiro pré-definido. Foram utilizados dois roteiros distintos: um para a coleta de dados e informações junto às famílias e outro destinado ao representante da Associação. Foram selecionadas para as entrevistas 4 famílias beneficiárias do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Também foi entrevistado um dos diretores da AP1MC (biênio 2015-2016). Segundo Manzini (1990), o foco de uma entrevista semiestruturada deve recair sobre a elaboração de um roteiro inicial com perguntas principais/centrais sobre

determinado assunto, que é complementado por outras questões a surgir durante a entrevista. Este tipo de entrevista é vantajoso porque possibilita a emergência de informações eventualmente não consideradas pelo pesquisador no momento de elaboração do roteiro, mas igualmente relevantes à pesquisa em curso, possam ser mencionadas pelos entrevistados de forma mais espontânea.

As entrevistas foram gravadas em áudio com autorização prévia dos participantes e realizadas na seguinte ordem: primeiro com as 4 famílias, uma de cada vez; depois com o diretor da AP1MC. Para melhor tratamento e compreensão das entrevistas, os áudios foram transcritos e inicialmente foram analisadas as transcrições das entrevistas realizadas junto às famílias que visaram apreender a percepção delas em relação às ações para convivência com o semiárido. Foi analisada, posteriormente, a transcrição da entrevista realizada com o diretor da AP1MC, que trata sobretudo da visão organizacional da Associação. Na sequência, os dados coletados no primeiro bloco de entrevistas e na entrevista com o diretor da AP1MC foram correlacionados. No Quadro 1 são apresentados os perfis dos entrevistados.

**Quadro 1. Perfil dos Entrevistados**

ENTREVISTADO	CARACTERÍSTICA
Entrevistado 01	43 anos / Agricultor
Entrevistado 02	49 anos / Agricultora
Entrevistado 03	48 anos / Servidora pública municipal
Entrevistado 04	45 anos / Agricultora
Entrevistado 05	52 anos / Diretor da AP1MC (atua há 28 anos na área de projetos sociais,)

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

A pesquisa institucional em organizações na busca por um melhor entendimento em torno de um problema é caracterizada por Gil (2006) como documental uma vez que engloba, também, documentos existentes no interior de órgãos públicos ou privados, tais como estatutos, relatórios, manuais entre outros. Assim, além da entrevista com o diretor da AP1MC, foram analisados documentos disponibilizados pela Associação que possibilitaram um maior aprofundamento sobre o modelo de atuação da AP1MC.

Na sequência deste texto, a apresentação dos resultados obtidos na fase da pesquisa de campo será feita a partir de dois recortes: um que versa sobre o histórico de constituição da AP1MC e a descrição de suas ações; e um segundo que se dedica a analisar a percepção das famílias entrevistadas acerca dos benefícios que advindos das ações colocadas em curso

pela AP1MC na comunidade de Ovo da Ema, situada no município de Maravilha/AL.

### **PARTE 3 – ASSOCIAÇÃO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS E FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS EM MARAVILHA/AL**

#### **ASSOCIAÇÃO PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS: AÇÕES PARA CONVIVÊNCIA COM A SECA**

Consolidada em 1999 como instrumento que une diferentes atores e esferas, a estruturação da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA BRASIL) acontece em 1999 durante a 3ª *Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca* (COPIII), em Recife/Pernambuco. Em Fórum com atores da sociedade civil – sindicatos, associações, igrejas, ONGs e cooperativas –, realizado de modo paralelo à Conferência, é lançado a Declaração do Semiárido (ASA BRASIL, 1999), documento onde se difunde a viabilidade de elaboração de programas e políticas que permitam a convivência dos habitantes do semiárido brasileiro com a seca.

A Asa Brasil tem como missão auxiliar o fortalecimento da sociedade civil no fomento de processos participativos, visando à convivência com o semiárido e o desenvolvimento sustentável a partir de valores culturais e de justiça social (ASA BRASIL, 2015). Políticas e programa planejados pela ASA Brasil se estruturam em torno de pontos considerados primordiais para o desenvolvimento da região do semiárido: convivência com as secas; fortalecimento da sociedade; orientação adequada aos investimentos; inclusão de mulheres e jovens; cuidados dos recursos naturais; e busca por meios de financiamentos convenientes (ASA BRASIL, 1999). Para que os programas criados nos Fóruns de Discussão da ASA Brasil se viabilizassem foi criada, em 2002, uma Associação na forma de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que, a princípio, tinha como objetivo gerenciar a implementação de ações do Programa um Milhão de Cisternas na região do semiárido. Em 2007 esta Associação passa a gerenciar, também, o Programa Uma Terra Duas Águas (P1+2). De acordo com seu estatuto, a Associação Programa um Milhão de Cisternas é pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos de caráter beneficente, educacional, ambiental e filantrópico, constituída sobre a forma de associação civil, tendo como área de atuação o semiárido brasileiro. Qualificada como OSCIP, A AP1MC, em concordância com o seu estatuto pode, sob orientação da ASA Brasil, firmar parcerias, convênios, contratos, promover iniciativas conjuntas com organizações e entidades públicas

e privadas, sempre objetivando a consecução do seu objetivo.

Criada, portanto, com o objetivo de implantar as ações no âmbito dos programas e projetos da ASA Brasil para convivência com a seca no semiárido, a AP1MC passa a operar na mobilização para construção de cisternas para captação de água da chuva. Tal estratégia visa promover o desenvolvimento e formação para a convivência com os aspectos naturais do contexto semiárido e combate às causas e efeitos da pobreza rural. No curso de suas ações a AP1MC busca, ainda, promover a cidadania e o fortalecimento de entidades da sociedade civil para o trabalho em redes e parcerias, voltadas à consecução dos objetivos dos projetos e ações sob gerenciamento da ASA Brasil. A AP1MC se mantém como concedente em termos de cooperação técnica e financeira celebrados junto à entidades executoras dos projetos. A fonte de financiamento provém de termos de parcerias celebrados com os seguintes órgãos do Governo Federal e entidades privadas (ASA BRASIL, 2013: Fundação Banco do Brasil, PETROBRAS, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade, Pepsco Brasil LTDA e Federação Brasileira de Bancos (acordo de cooperação técnica e financeira).

Os projetos implementados pela AP1MC são gerenciados de modo descentralizado por meio de unidades administrativas responsáveis por atos de gestão orçamentária e desenvolvimento local chamadas Unidades Gestoras. Fica a cargo de tais Unidades o repasse dos recursos financeiros a serem destinados às organizações executoras locais para realização de capacitações, construção de cisternas, facilitação dos processos de planejamento, monitoramento e avaliação participativa dos programas, além da articulação de parcerias no nível municipal. Tal fluxo forma o conceito de Projeto Federal, modelo espacial de articulação que, partindo do âmbito municipal, forma um conjunto de microrregiões operacionais. Estas microrregiões se articulam nos seus respectivos estados que, agregados, constituem o Projeto Federal como um todo. Cada nível possui tarefas de implementações e funções de decisão específicas.

Nas comunidades, a execução dos projetos acontece via parcerias estabelecidas entre AP1MC com as Unidades Gestoras Microrregionais (UGM). Comunidades e famílias a serem beneficiadas são selecionadas pela própria UGM, responsável, também, pela capacitação de pedreiros, construção das tecnologias e pelo curso de gerenciamento hídrico oferecido às famílias. De acordo com um dos diretores da AP1MC, a ASA municipal é a responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desenvolvimento e execução dos projetos:

A AP1MC lança editais para contratar as entidades dentro do Fórum de Organizações da ASA, para desenvolvimento dos projetos. Para cada estado do semiárido é calculado seu lote de implementações, de acordo com a quantidade de sua população rural. No momento da implantação das tecnologias, as ASAs municipais, onde cada comunidade tem um representante, fazem o papel do acompanhamento. (Entrevistado 05).

Desenvolvendo seus projetos de forma descentralizada, a AP1MC faz o repasse dos recursos aos parceiros de forma a viabilizar a disponibilidade de insumos para execução das ações. As ASAs estaduais são subdivididas e capilarizadas no nível municipal, esfera mais próximas da realidade do sertanejo.

### **MARAVILHA/AL: CONTEXTO DA PESQUISA**

Localizado na região noroeste do estado de Alagoas, o município de Maravilha integra o território do Médio Sertão Alagoano e da Microrregião de Santana do Ipanema. Segundo dados do Censo 2010, o município tem cerca 10.284 habitantes sendo que aproximadamente 50,07% desta população reside na área rural do município (IBGE, 2010). Maravilha conta com associações comunitárias de produtores rurais com representantes que atuam junto a órgãos governamentais, Conselhos Municipais e ONGs, buscando melhoras para o seu local de vivência.

Formada por organizações da sociedade civil de base municipal – associações comunitárias, de apicultores e avicultores, Pastoral da Criança, Assentamento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e NatuCapri (cooperativa artesanal de cosméticos a base do leite de cabra), a ASA do município de Maravilha/AL atua, entre outras localidades, na comunidade Ovo da Ema, composta por um conjunto de sítios entre os quais estão o Sítio Ovo da Ema, o Sítio Belém, o Sítio Lagoa do Tenente e o Sítio Lagoa Seca. Atualmente, a AP1MC gerencia, na Região do Médio Sertão alagoano, apenas o projeto de um banco de sementes e outro de implantação de cisternas em escolas. As iniciativas voltadas ao fornecimento de água para consumo humano, animal e agrícola em Maravilha/AL estão a cargo do Consórcio para o Desenvolvimento da Região do Ipanema (CONDRI), associação pública de direito público que tem como membros associados os municípios situados na área semiárida do estado de Alagoas. Tal divisão de competências segue orientação elaborada pelo próprio Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e lógica que rege o escopo e perímetro de atuação da AP1MC e do CONDRI busca garantir que estas organizações não atendam, simultaneamente, uma mesma região do estado com financiamento oriundo do MDS. Trata-se de estratégia que visa estender o alcance dos projetos voltados à convivência com a seca. A área de abrangência sobre a qual o CONDRI

está limitado são os municípios que pertencem às regiões do Médio e Alto Sertão alagoano e à região conhecida como bacia leiteira do estado. Dado que o estatuto da ASA permite a ela atuar em todos os estados do semiárido brasileiro, o MDS optou por deixar a cargo da ASA o atendimento aos municípios situados fora do campo de atuação do CONDRI, cujas regiões de atuação estão delimitadas.

## **ASA, AP1MC, P1MC E P1+2: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FINANCEIRA**

Há, nos projetos articulados pela ASA, fatores diretamente ligados à busca por promover o desenvolvimento local da comunidade, visando sustentabilidade econômica e social. Formuladas pela sociedade civil organizada, as ações da ASA em Maravilha/AL são implementadas através de projetos gerenciados pela AP1MC, cujo financiamento vem do governo federal por meio da pessoa jurídica do MDS, responsável por definir o escopo de atuação de cada organização que atua nos projetos elaborados para convivência com a seca. Segundo um dos diretores da AP1MC, o apoio que a associação poderia receber no processo de desenvolvimento dos projetos por parte dos governos locais (estadual e/ou municipal) seria relacionado a suporte técnico com o manejo agrícola. O acompanhamento do Banco de Sementes, na época do plantio e colheita, é exemplo do tipo de suporte que estado e municípios podem oferecer:

Nós não temos muito diálogo com os governantes municipais nem estaduais porque não entra na cabeça do nosso prefeito, nem do nosso governador, que é necessária assistência técnica para os agricultores, porque eles estão órfãos. Recebem cada um, a cada dois anos, uma visita de um técnico e isso não é assistência. É preciso, também, respeitar o conhecimento e a tradição dos nossos agricultores, eles sabem o que fazem, só precisam do acompanhamento. (Entrevistado 05).

Com objetivo de beneficiar mais de cinco milhões de pessoas que vivem no semiárido brasileiro construindo as condições, através da construção de cisternas de placas, para que tenham acesso à água potável para beber e cozinhar (FEBRABAN, 2003), foi dado início, em 2003, ao Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais. Este foi o Programa de maior destaque que a ASA teve sob sua gerência.

Ainda em 2003, o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) foi englobado pelo Fome Zero, outro Programa do governo federal que, através de um termo de parceria com AP1MC, passa a apoiar e financiar o Programa (BRASIL, 2006). Tendo como objetivo a mobilização da sociedade civil através de mecanismos que garantam participação ampla de

todos os atores envolvidos na sua gestão e execução, o P1MC é pautado por gestão compartilhada. Por outras palavras, o P1MC visa possibilitar que o acesso à água se estenda às pessoas que habitam o semiárido brasileiro de modo irrestrito, rompendo com uma lógica secular de dependência do povo em relação à elite e substituindo a visão de combate à seca por uma visão de convivência com o clima, aspectos geofísicos e ciclos do semiárido brasileiro.

Semelhante ao P1MC, o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), também gerenciado pela AP1MC, preserva a formação e mobilização social para convivência com o semiárido, visando repassar orientações para estratégias que promovam o desenvolvimento e segurança alimentar sustentável por meio da construção de processos participativos que envolvam a população rural (GNADLINGER, SILVA e BRITO, 2005). Criado em 2007, o P1+2 busca garantir às famílias agricultoras do semiárido acesso à distribuição sustentável da terra e da água para a produção de alimentos. Para viabilizar esta estratégia sustentável, o P1+2 opera fazendo aquisição de porções de terra para produção e disponibilizando água para duas finalidades: consumo humano (potável); produção de alimentos (irrigação). O “1”, na composição da sigla do Programa representa o direito e a luta pela terra: a concentração de terra na mão de poucos no semiárido brasileiro é, ainda, uma realidade que mantém o poder político e econômico concentrados, afinal quem tem a terra, tem a água, e quem tem terra e água tem poder. Dado este contexto, é bastante improvável a construção de um cenário sustentável sem que haja reestruturação fundiária adequada às condições socioambientais do semiárido. É importante apontar que uma eventual decisão relativa à reforma agrária precisa, na região do semiárido brasileiro, estar acompanhada da adoção de alternativas tecnológicas que assegurem a convivência com o ambiente, assegurando a permanência na terra conquistada (GNADLINGER, SILVA e BRITO, 2005). O “2” corresponde à disponibilidade de dois tipos de água – potável, para o consumo humano (seguindo o lema do P1MC), irrigação, para atender a produção agrícola. Observa-se complementaridade entre estes Programas, já que o P1MC visa construir um milhão de cisternas para garantir fonte de água potável para consumo familiar, ao passo que o P1+2 se constitui em uma proposta de sustentabilidade produtiva, através de tecnologias que asseguram o acesso à terra e à água para a produção agrícola.

Segundo Albuquerque (2010), a captação de água da chuva para o consumo humano é apenas um meio complementar de todo o objetivo do P1MC, cuja amplitude dos objetivos recai, também, sobre a promoção da segurança alimentar e geração de renda através da utilização sustentável da terra e de recursos hídricos para a produção agrícola (animal e/ou

vegetal):

Os projetos P1MC e P1+2 permitem o acesso às cisternas de água potável e à água para produção de alimentos para que a família possa, com um pouco de água, produzir no seu quintal alimentos que ela não precisa comprar na feira, muitas vezes envenenados. Ela mesma produz o seu canteiro de coentro e cebolinha, o seu canteiro de tomate, um pimentão, uma frutífera. (Entrevistado 05).

Os requisitos básicos e preferenciais para ser contemplado pelo P1MC e pelo P1+2 são definidos a partir de um conjunto pré-determinado de critérios entre os quais estão: mulheres chefes de família; famílias com crianças de zero a seis anos de idade; crianças e adolescentes frequentando a escola; adultos com idade igual ou superior a 65 anos; portadores de necessidades especiais. Para o P1+2 importam, ainda, as características do solo, as formas de trato agrícola que orienta a escolha das tecnologias mais adequadas à realidade da família atendida, bem como a existência do acesso à água para consumo humano tal como ocorre com o P1MC (GONÇALVES, RIOS e CARVALHO, 2013). Inicialmente, a prioridade é dada às famílias que se enquadram no maior número de critérios, mas dependendo da quantidade de cisternas ofertadas, pode ser viável o atendimento para toda a comunidade selecionada.

Em execução pela ASA no município de Maravilha/AL, o Projeto Cisterna nas Escolas busca contextualizar os conteúdos de ensino ao local de vivência dos alunos, com o intuito de produzir as ferramentas que os auxiliarão na convivência com o semiárido. Pautada no acesso à água de qualidade para que a escola possa funcionar, a justificativa do Projeto possui forte apelo por ser usual que polos escolares deixem de funcionar por falta de local adequado para armazenamento de água que faltar.

Compondo parte do rol de parcerias entre ASA e MDS, o Projeto Cisternas nas Escolas objetiva a construção de cisternas em mais de 50% das escolas públicas rurais da região. Neste Projeto, as cisternas seguem o mesmo modelo de outros Projetos desenvolvidos pela ASA, sendo elaboradas com placas de cimento e construção simples, com capacidade para armazenamento de 52 mil litros de água, quantidade que pode garantir o acesso à água por até oito meses. Além da implantação de cisternas nas escolas públicas rurais, o Projeto foca na formação, direcionada para a educação infantil, sobre a gestão da água e a convivência com o semiárido, além de abordar noções de segurança alimentar e nutricional. É esperado que a capacitação seja feita com toda a comunidade escolar – pais, servidores e alunos – em etapa considerada fundamental para o Projeto, dado o entendimento de que uma visão ampla do processo melhora o manejo das cisternas e conduz ao aproveitamento adequado dos recursos. São disponibilizados às escolas que participam do Projeto materiais pedagógicos para o trabalho com as crianças em sala de aula, cujos temas abordam questões diretamente

relacionadas ao dia a dia dos alunos e da comunidade (ASA, 2015).

Com o Projeto Cisternas nas Escolas, a ASA defende, a partir da educação infantil e do corpo técnico da escola, a construção de uma mentalidade que passe a enxergar alternativas para se viver bem no campo:

A implementação é a menos importante: o mais importante é a discussão, a educação, discutindo por toda comunidade. Porque hoje a nossa escola não ensina a conhecer o seu local, ensina você se preparar, aqui, para ir embora daqui, que aqui não presta. Você tem que ir embora daqui, que aqui não tem lugar pra você. (Entrevistado 05).

Tal formação integra o conjunto de capacitações que visam apontar alternativas para a convivência com as dificuldades existentes no semiárido enfatizando que, através de estudos dedicados à compreensão e entendimento de formas adequadas para essa convivência, esta é uma possibilidade factível. Dada a falta de reconhecimento, por parte da Prefeitura de Maravilha/AL, de que a comunidade Ova da Ema reunia os requisitos para ser incluída no Projeto Cisternas nas Escolas. Foram feitos esforços no sentido de que a comunidade fosse incluída, mas a documentação exigida não foi entregue à AP1MC, responsável pelo gerenciamento do P1MC na região.

Tendo o desenvolvimento comunitário como um dos princípios da Declaração do Semiárido (ASA BRASIL, 1999), as organizações sob gerência da AP1MC que integram a ASA, mantêm parceria com o Governo Federal para o desenvolvimento de outro Projeto: Banco de Sementes. Trata-se de iniciativa que consiste no armazenamento das sementes crioulas – que não sofreram modificações genéticas – e cuja distribuição à comunidade deve ser feita na época do plantio. Espera-se, após a colheita, que cada agricultor leve uma determinada quantia de sementes para serem armazenadas e utilizadas no próximo ciclo de plantio. O Banco de Sementes busca, portanto, se constituir em mais uma alternativa sustentável na região do semiárido.

Segundo documento publicado pela Articulação Nacional de Agroecologia (2014), a importância de um banco de sementes comunitário não se restringe somente à guarda das sementes, mas vai muito além. É através dos bancos de sementes que se iniciam, usualmente, os possíveis resgates de antigas sementes desaparecidas ou em risco de desaparecer. Por meio deles se dá, também, a produção e multiplicação destas sementes resgatadas. No centro desta iniciativa está, por um lado, a busca por garantir capacidade de produção de sementes com qualidade para venda e, por outro, garantir a segurança alimentar e a preservação do patrimônio genético e cultural da agricultura brasileira através do armazenamento. Considera-se que as sementes crioulas e tradicionais são elemento

fundamental para a autonomia e sustentabilidade da agricultura familiar no Brasil (ANA, 2014). Em tempos mais recentes, entre 2015 e 2016, a parceria do MDS com a AP1MC visou a criação de 600 bancos de sementes comunitários no semiárido que beneficiariam cerca de 12 mil famílias de agricultores integrantes do Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal.

Questionado sobre o Banco de Sementes da comunidade Ovo da Ema, um dos atuais diretores da AP1MC salientou a importância do amadurecimento da ideia do armazenamento comunitário em algumas comunidades, visto que a cultura da armazenagem no semiárido brasileiro é algo bastante usual. Na visão do entrevistado, no entanto, a efetivação de um banco de sementes necessitaria de uma readaptação. Após a colheita, normalmente uma parte do que se colhe é vendida e outra armazenada em casa. No sistema de armazenagem comunitária, ao Banco são entregues sementes a serem distribuídas aos agricultores e, após a colheita, cada um deles devolve um determinado percentual das sementes que colheram ao Banco, com a finalidade de que seja feita a armazenagem coletiva. Se este processo de armazenagem coletiva não se efetiva, o Banco de Sementes se esvazia e deixa de reunir as condições que o tornam apto a receber benefícios providos do Projeto. De acordo com um dos diretores da AP1MC:

A ideia do Banco de Sementes é que quando uma família perde, os outros auxiliam aquela que perdeu. É mais uma alternativa para a convivência com o semiárido, nos fortalecer e proteger nossa agro biodiversidade. (Entrevistado 05).

Durante a execução dos Projetos, no entanto, tanto agricultores quanto entidades implementadoras/executoras sofrem com alguns entraves, entre os quais dois se destacam: a falta de terra necessária à implementação das tecnologias e a falta de compreensão do objetivo central do projeto pelos agricultores. Tais dificuldades podem comprometer a obtenção bons resultados que é buscada pelos Projetos idealizados pela ASA, elaborados e direcionados para possibilitar melhores formas de convivência com o semiárido.

#### **PARTE 4 – AÇÕES DA AP1MC: QUAL A PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELOS PROGRAMAS E PROJETOS?**

Esta parte do texto é dedicada à apresentação do conteúdo coletado durante as conversas com as famílias beneficiadas com os Projetos da AP1MC na comunidade Ovo da Ema, em Maravilha/AL. Buscou-se observar, ao longo das entrevistas, se houve e qual foi a percepção de melhora no cotidiano de famílias do Médio Sertão Alagoano, no semiárido

brasileiro, após a implementação de Projetos desenvolvidos pela AP1MC. O conjunto de questões abordadas nas entrevistas é apresentado na sequência, com a indicação do intuito de cada uma delas, juntamente com parte das falas dos entrevistados.

*- Utiliza algum benefício fornecido pela ASA? Qual?*

Este questionamento permitiu verificar quais os Projetos mais bem desenvolvidos na comunidade Ovo da Ema e quais são considerados, pelos moradores, como indispensáveis para a vivência no semiárido. As quatro famílias entrevistadas afirmaram serem beneficiadas com os Projetos P1MC e P1+2 e uma das entrevistadas apontou que as cisternas são indispensáveis para a vida rural:

Eu sempre digo que se não fosse essas cisternas não tinha ninguém morando aqui no sítio mais não, pode ter certeza, por que não tinha condições. (Entrevistada 04).

*- Quais as principais mudanças que estas ações lhe trouxeram?*

Tal pergunta objetivou analisar, de forma bruta, a primeira impressão dos entrevistados quanto aos Projetos desenvolvidos pela AP1MC e pela ASA na região. Foi unânime a percepção de que a implementação das ações levou melhorias à comunidade e às famílias beneficiadas. As respostas versaram sobre a melhoria na qualidade da água para consumo e sobre o atendimento à necessidade de armazenamento confiável da água para o consumo básico. Um dos entrevistados beneficiado com os programas P1MC e P1+2 enfatizou as facilidades advindas com o fim da necessidade de ter que sair em busca de água:

A melhoria foi a água, que é tudo. Porque a dificuldade de estar pegando água fora é demais e hoje a gente tem essa facilidade bem melhor porque, quando chove, você armazena sua água e vai dar para render durante todo o verão. Se for pequeno dá para atravessar folgado. Agora, quando estica muito, lá no final é que você vai precisar buscar água, porque às vezes tem esse verão de um ano ou mais, como o de agora. (Entrevistado 01).

*- Antes das cisternas fornecidas pela a ASA, qual era a principal fonte de abastecimento de água?*

Tal questionamento se pautou no contexto de propostas que visam melhorias na área da Saúde e, também, na economia de tempo dos moradores, uma vez que ter próxima a fonte de água evita longas caminhadas e, conseqüentemente o desgaste físico dos moradores e sobretudo das mulheres, principais encarregadas pelo cumprimento desta tarefa. De acordo

com as respostas coletadas, as fontes de abastecimento mais utilizadas pelos moradores antes da instalação das cisternas eram as barragens e barreiros. Quando estas fontes secavam, a opção era o Rio Ipanema ou esperar a água trazida pela defesa civil. Foi possível perceber, em alguns casos, a existência de uma lógica de divisão entre algumas famílias que tiveram condições de construir cisternas por conta própria com famílias vizinhas que não tinham:

Quando não tinha as cisternas, a gente buscava água na barragem. E de beber, pegava das cisternas dos outros que tinham e trazia na cabeça. (Entrevistada 04).

Em muitas respostas o Rio Ipanema foi mencionado como a última, e por muitas vezes única, fonte de abastecimento a ser procurada nos longos períodos de estiagem antes da construção das tecnologias para convivência com o semiárido, como as cisternas:

Era complicado, usávamos água de barreiro. E para beber, às vezes era limpa, às vezes não e quando não tinha, ia para o barreiro também. Quando o barreiro secava? Aí ficava mais complicado, até água do Rio Ipanema nós bebemos. (Entrevistado 01)

*- Percebeu diminuição na ocorrência de doenças (devido às longas caminhadas em busca de água e infecções devido à falta de tratamento da água para o uso doméstico) após o uso da água coletada nas calhas?*

Este questionamento foi feito dada o uso de água de barreiros e/ou barragens para consumo humano. Segundo Brito (2005), o consumo de água sem tratamento prévio e adequado pode trazer consequências para a saúde, como infecções e epidemias. A partir dos relatos coletados na pesquisa que subsidia este artigo, no que diz respeito à diminuição da ocorrência de doenças, os moradores entrevistados se dividiram nas respostas: alguns disseram não ter observado mudanças em relação a este aspecto, mas todos avaliaram que a água das cisternas, se bem tratada, proporciona melhorias à saúde.

*- Sentiu dificuldade para obtenção das tecnologias?*

Buscou-se, com esta questão, analisar, do ponto de vista da comunidade beneficiada, o caminho por meio do qual a tecnologia é adquirida. De acordo com os moradores entrevistados, as dificuldades na obtenção das tecnologias das cisternas para armazenamento de água para consumo humano e uso animal (P1MC e P1+2) recaíram, num primeiro momento, sobre a necessidade de terem conhecimento dos Projetos e entendimento de como funcionava o processo, bem como dos critérios para obtenção da primeira água

(P1MC). Já na segunda água (P1+2), a maioria dos entrevistados considerou mais complicada a inserção no Programa pelo fato de um dos requisitos para ser aceito era, obrigatoriamente, já haver sido contemplado com a primeira água (P1MC). Outro elemento que dificulta o acesso das famílias à segunda água (P1+2) é o fato de que a responsabilidade por cavar os locais onde as cisternas seriam construídas ficava a cargo da família beneficiada. O P1+2 foi implantado na comunidade Ovo da Ema como projeto motor (ou piloto), de modo que apenas cinco famílias da comunidade receberam o benefício na forma de “teste” para, eventualmente e a depender dos resultados, ser ampliado e contemplar outras famílias seguindo, sempre, os critérios estabelecidos pela ASA e pelo MDS.

*- Quais os cuidados tomados com a água para utilização doméstica? É fornecida indicação pela ASA?*

Com este questionamento se buscou analisar o nível de capacitação fornecida aos moradores antes e durante a construção da tecnologia para que conseguissem atuar na manutenção da água de modo que ela se tornasse e permanecesse limpa e apropriada ao consumo humano. Os entrevistados foram unânimes ao conformar que houve treinamento antes da construção das cisternas. Práticas como o descarte da água da primeira chuva, para fazer a limpeza das calhas, o uso de cloro e a reserva de um balde único para utilização na cisterna foram cuidados descritos pelos entrevistados como orientações que acompanharam a implementação da tecnologia de primeira água (P1MC). Já para a implementação da segunda água (P1+2), onde a água armazenada se destina ao uso animal e à agricultura, foi relatado como orientação repassada pelos técnicos do Programa apenas a construção de cercado, com o intuito de evitar que animais de grande porte possam danificar a estrutura. Uma das moradoras entrevistadas relatou, ainda, que as práticas de cuidados com a água para consumo humano que a comunidade se habituou a fazer ainda não são suficientes já que, de acordo com ela, o protocolo para manutenção da água limpa e saudável recomendado e ensinado pela ASA envolve exigências muito rigorosas.

*Quais as oportunidades de sustento econômico (fonte de renda sustentável) existentes no local após os Programas ofertados pela ASA/CDECMA?*

Dado que um dos objetivos das ações engendradas pela ASA Brasil, explícito na Declaração do Semiárido (ASA BRASIL, 1999), é o desenvolvimento de práticas que estimulem o desenvolvimento econômico e sustentável da região do semiárido brasileiro,

este questionamento objetivou analisar, *in loco*, se tal objetivo é atendido por meio das tecnologias fornecidas pela AP1MC. Frente a este questionamento, os moradores entrevistados apontaram o plantio de tomate, coentro, cebolinha e outras hortaliças como atividade que eventualmente pode proporcionar alguma renda extra. Segundo os entrevistados, no entanto, o tempo seco e a prioridade do uso da segunda água para consumo animal fez com que o plantio não durasse como o planejado. Ainda assim, antes da estiagem se prolongar por mais de um ano, foram cultivados, por estas famílias, canteiros para consumo próprio e para comercialização.

Alguns entrevistados falaram, a partir deste questionamento, sobre o Banco de Sementes da comunidade Ovo da Ema, elaborado como projeto motor, mas que no momento em que as entrevistas foram feitas não estava em funcionamento porque a armazenagem das sementes, de acordo com os entrevistados, é insuficiente para suprir o Banco:

(...) o que tínhamos não vingou por conta da seca. Plantávamos aqui para vender na feirinha, mas a seca não deixou ninguém produzir. Tínhamos, também, o Banco de Sementes, mas também acabou, por falta de sementes, porque as que faziam parte do Banco foram distribuídas e quem plantou não deu. (Entrevistada 02).

- *Você percebe atuação de pessoas da sua comunidade no desenvolvimento do Projeto? De que forma?*

Esta pergunta teve como objetivo analisar um dos pressupostos básicos e essenciais da AP1MC relacionado à promoção do envolvimento de atores locais no desenvolvimento das ações. Ao responder a este questionamento, todos os entrevistados disseram considerar que tinham a obrigação de “correr atrás das melhorias”, de participarem das assembleias da AP1MC e de buscar se manterem envolvidos e próximos às organizações que desenvolvem os Projetos.

A construção das cisternas do P1MC e P1+2 se constituiu em um dos principais momentos de participação de atores locais. Considerando as respostas obtidas ao longo das entrevistas, as cisternas foram construídas por pedreiros da própria comunidade, de modo que ao mesmo tempo em que as famílias que recebem o benefício, elas abrem as portas das suas casas para os pedreiros fornecendo alimentação e, quando necessário, repouso noturno.

Para o bom desenvolvimento dos Projetos P1MC e P1+2, a atuação das famílias/pessoas das comunidades beneficiadas é de suma importância. Cada tecnologia mobilizada deve ser adaptada à realidade da região na qual será inserida, cujo conhecimento se constrói somente a partir da convivência com o local/região em questão. No

desenvolvimento dos Projetos, a atuação da AP1MC busca promover a aproximação do sertanejo com o lugar no qual ele vive com o intuito de promover uma reorganização social através da reeducação orientada a uma melhor adaptação e convivência com o ambiente. Desta forma, recaí sobre os atores locais, ainda, a responsabilidade pela obtenção de bons resultados com a implantação dos Projetos:

Todo mundo tem que ajudar, tem que estar na ativa, lutando para conseguir esses benefícios. Aqui nós temos o CDECMA que nos ajuda também, mas a sociedade, em si, tem que correr atrás: não pense que se ficar em casa, dormindo, ganha, que não ganha não. (Entrevistada 03).

- *Percebe influência política no desenvolvimento das ações? De que forma?*

Esta questão foi colocada às famílias para se analisar a atuação e/ou apoio do governo local na implementação dos Projetos de convivência com o semiárido. Segundo as falas coletadas ao longo das entrevistas com membros de famílias que receberam benefícios providos do P1MC e P1+2, não há influência ou atuação do quadro político local no desenvolvimento dos Projetos gerenciados pela AP1MC. De acordo com os entrevistados, os Projetos são implementados na comunidade Ovo da EMA exclusivamente através do esforço de ONGs, como o Centro de Desenvolvimento Comunitário de Maravilha/AL (CDECMA), e da participação das associações comunitárias de moradores nos fóruns de debates esclarecimentos promovidos pela ASA.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formas de atuação da sociedade civil podem e devem ser vistas como fundamentais para o desenvolvimento do semiárido brasileiro. É possível, a partir da análise histórica, perceber que as intervenções governamentais não buscavam minimizar os efeitos da seca e muito menos estimular a convivência do sertanejo com os períodos prolongados de estiagem que há na região. Sempre se buscou combater a seca para, assim, fazer prosperar a Economia no Nordeste e havia uma contradição nas políticas governamentais operavam nesse sentido já que a seca, como fenômeno natural, não pode ser combatida. Ações que podem trazer resultados reais e amenização do quadro passam por conscientização junto à população que habita o semiárido e apostam na adaptação com o desenvolvimento de recursos (por meio de ações governamentais que busquem abrandar os efeitos dessa convivência com o semiárido) para sobrevivência no período da estiagem.

A “região problema” do país consegue, atualmente, organizar a sociedade em prol

da luta pelos direitos básicos de sobrevivência e o posicionamento dos governos petistas favoreceu aspectos que representam melhorias na relação ser humano e meio ambiente no contexto do semiárido brasileiro. A atuação de organizações que buscam parcerias com o poder público para execução de programas e projetos voltados à convivência com o semiárido, como as OSCIPs, é de extrema importância neste processo porque estas organizações facilitam a comunicação da sociedade com os governos, colaborando para o alinhamento das ações sociais engendradas pelo Estado.

Durante as entrevistas com famílias beneficiadas pelos Programas P1MC e P1+2 foi possível perceber que a satisfação com construção das cisternas no quintal da casa é geral e que a possibilidade de armazenar água é, na maioria dos relatos, considerada essencial para a sobrevivência em tempos de longas estiagens. No dia de realização das entrevistas foi possível observar as tecnologias instaladas visitadas e, conforme descrito pelos moradores, o manuseio das cisternas é de simples manuseio, sendo necessários cuidados para manutenção da água limpa cujo treinamento é oferecido às famílias no ato da construção das cisternas. As experiências de tecnologias simples para auxiliar na convivência com semiárido vai além do trabalho da ASA Brasil e são caracterizadas como eficientes. Outras instituições também buscam espaço para o desenvolvimento dos Projetos no âmbito do P1MC, entre as quais está o CONDRI.

No município de Maravilha/AL e em especial na comunidade Ovo da Ema, a atuação da AP1MC gerou bons resultados conforme indicação presente nas falas dos entrevistados. A atuação conjunta com os governantes municipais na busca por possíveis melhorias no desenvolvimento dos Projetos poderia ser uma alternativa para ampliar a atuação do P1MC dentro dos territórios municipais. Outra medida nesse sentido seria oferecer treinamentos específicos às famílias e agricultores, sobretudo quando se observa compreensão falha de algum ponto dos Projetos. Quanto melhor o conhecimento sobre a execução de Projetos adaptados à realidade local, mais efetivas podem se tornar as ações colocadas em curso e, de forma ainda mais expressiva, podem ser fortalecidas a sociedade civil e a estratégia de convivência com o semiárido junto a cada sertanejo beneficiado com Programas como o P1MC e P1+2.

As ações voltadas à questão da seca devem ser pensadas e adaptadas segundo cada realidade, com planejamento que leve em conta o fato de que este fenômeno natural não pode ser evitado e menos ainda combatido. Nesse sentido, práticas de sucesso como, por exemplo, o fomento a projetos elaborados no âmbito da sociedade civil organizada que, iniciados como projetos, prosseguem em forma de políticas públicas apoiadas pelo governo

devem ser cultivadas. A reorganização da sociedade civil em torno de problemas enfrentados pela sociedade se mostra cada vez eficiente no auxílio à prestação de serviços que normalmente são de cunho público e no que toca a convivência com semiárido não é diferente: a atuação conjunta entre Estado e sociedade se torna cada vez mais comum na elaboração de políticas públicas. Tal processo, de modo geral, tem influenciado positivamente o resultado de uma dada ação, como é possível observar na estratégia de convivência com o semiárido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. **Novos paradigmas no Semiárido brasileiro: a experiência da ASA na construção de novas modalidades de políticas públicas.** São Paulo, 2010.

ANA, Articulação Nacional de Agroecologia. **Sementes Locais: Experiências agroecológicas de conservação e uso.** Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Declaração do Semi-Árido.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1999. Disponível em: [http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD\\_MENU=104](http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=104). Acesso em 20/04/2015.

\_\_\_\_\_. **Estatuto AP1MC.** Recife, 2012. Disponível em: [http://www.asabrasil.org.br/UserFiles/File/ata\\_alteracao\\_Estatuto\\_12\\_04\\_2012.pdf](http://www.asabrasil.org.br/UserFiles/File/ata_alteracao_Estatuto_12_04_2012.pdf). Acesso em 14/06/2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.790**, de 23 de março de 1999.

\_\_\_\_\_. Tribunal De Contas Da União. **Relatório de avaliação de Programa: Ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água.** Relator Ministro Guilherme Palmeira. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHACON, Suely Salgueiro. **O Sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2007. (Série BNB teses e dissertações, n. 08).

FERRAREZI, Elisabete. **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP: a lei 9.790 como alternativa para o terceiro setor –** Brasília: Comunidade Solidária, 2000.

FONSECA, João. José. Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.) **A ordem do Progresso.** Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, p. 31-79, 1990.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GNADLINGER, Johann; SILVA, Aderaldo de Souza; BRITO, Luiza Teixeira de Lima. P1+2: Programa Uma Terra e Duas Águas para um semi-árido sustentável. In: BRITO, Luiza Teixeira de Lima; MOURA, Magna Soelma Beserra de; GAMA, Gislene Feitosa Brito. **Potencialidades da água da chuva no Semi-Árido brasileiro.** Petrolina: EMPBRAPA Semi-Árido, 2007, p. 63-77.

GONÇALVES, Hiure V. Boas; RIOS, Márcio Lima; CARVALHO, Aurélio José Antunes de. **Avaliação do manejo de agroecossistemas familiares atendidos pelo Programa P1 + 2**

na Comunidade Inácio João, município de Caém, Bahia. In: **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer, v.9, n.16. Goiânia, 2013.

MANÃS, Antônio Vico; MEDEIROS, Eptácio Ezequiel de. Terceiro Setor: Um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento socioeconômico. 2012. **Perspectivas em Gestão e Conhecimento**. João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 15-29, jul/dez, 2012

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa - Características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2. Sem., 1996.

RODRIGUES, Isamara de Menezes *et al.* **OSCIPS**: contexto, procedimentos e legislações. Presidente Prudente, SP, 2010.

ROTHGIESSER, Tanya. Linda. Sociedade Civil. A sociedade civil brasileira e o terceiro setor. São Paulo: [s.n], 2004.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Soc. estado.**, Brasília, v. 18, n. 1-2, p. 361-385, dez. 2003.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Cadernos da AATR – BA**, Bahia, p. 1-11, 2002.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão**. São Paulo: Ática, 2000.